

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Central S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Rumo Malha Central S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos

Conforme divulgado na nota explicativa nº 5.10 às demonstrações financeiras, a Companhia possui registrado o montante de R\$ 306.315 mil de tributos diferidos sobre o lucro.

Parte relevante do saldo da Companhia, no montante de R\$ 111.346 mil, refere-se a ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, fato que limita a utilização a 30% do lucro tributário apurado no exercício, exigindo a geração de lucro tributário futuro contra o qual este ativo diferido possa ser aproveitado num horizonte de longo prazo, conforme divulgado na nota explicativa nº 5.10.c.

Adicionalmente, julgamento significativo é exercido pela Administração para analisar a expectativa de existência de provável lucro tributável futuro, considerando previsões de longo prazo e existência de eventos fora do controle da Companhia, como fatores climáticos que influenciam na produção agrícola e crises geopolíticas globais que podem causar impacto em exportações de produtos agrícolas, ambos com efeito direto sobre a projeção de volume e, consequentemente, na receita considerada no modelo de recuperabilidade dos tributos diferidos.

Devido aos aspectos acima mencionados, à magnitude dos valores envolvidos, à complexidade na mensuração e ao fato de que em premissas econômicas como inflação, juros e volume transportado e eventuais modificações futuras em legislações possam causar alteração significativa na recuperabilidade dos tributos diferidos ativos, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos riscos relevantes relacionados com as premissas utilizadas no modelo de avaliação para fundamentar a recuperabilidade;
- Inclusão de especialistas tributários para mensuração do ativo;
- Recálculo matemático do modelo e revisão das premissas relevantes;
- Comparação entre o preço médio dos serviços utilizado no modelo preparado para fundamentar a recuperabilidade dos tributos ativos diferidos no exercício anterior e o preço médio dos serviços atualmente praticado;
- Revisão das premissas significativas utilizadas no modelo para projeção de lucros tributários futuros;
- Análise retrospectiva para projeção e realização;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas e cálculos preparados pela Administração e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2025.

RUMO MALHA CENTRAL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO 2024

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Central – Rumo Malha Central S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que até a presente data não houve contratação de outros serviços relacionados a auditoria junto aos nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas, além de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras das Companhia, os quais não apresentam qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima. Com base em referidos princípios, a BDO RCS Auditores Independentes S.S. nos informaram que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T24	4T23	Var. %	12M24	12M23	Var. %
Receita Líquida	289,2	227,6	27,1%	1.785,1	1.262,5	41,4%
Custos dos serviços prestados	(153,0)	(175,3)	-12,7%	(930,5)	(769,6)	20,9%
Lucro Bruto	136,2	52,3	160,4%	854,6	492,9	73,4%
Margem Bruta (%)	47%	-	47,1 p.p.	48%	-	47,9 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(21,2)	(12,3)	72,4%	(65,8)	(45,2)	45,6%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1,3)	(6,2)	-79,0%	(7,4)	(2,4)	n.a.
Depreciação e Amortização	84,8	73,2	15,9%	328,6	263,0	24,9%
EBITDA	198,5	107,0	85,5%	1.110,0	708,3	56,7%
Margem EBITDA (%)	68,6%	-	68,6 p.p.	62,2%	-	62,2 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(102,2)	(99,6)	2,6%	(410,8)	(404,6)	1,5%
Imposto de renda e contribuição social	(3,7)	22,2	-116,7%	(123,8)	(12,2)	914,8%
Lucro Líquido	7,8	(43,6)	-117,9%	246,8	28,5	766,0%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, a receita operacional líquida atingiu R\$ 289,2 milhões comparada a uma receita operacional de R\$ 227,6 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2023, basicamente se manteve nos mesmos patamares do ano anterior. O EBITDA de 2024 foi de R\$ 198,5 milhões comparado a R\$ 107,0 milhões em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2023, basicamente em decorrência dos maiores volumes transportados

combinado com a tarifa média de transporte. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 7,8 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2024 comparado a um prejuízo líquido de R\$ 43,6 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2023.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a receita operacional líquida atingiu R\$ 1.785,1 milhões comparado a R\$ 1.262,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O EBITDA foi de R\$ 1.110,0 milhões, aumento de 56,7% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 246,8 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2024, comparado a um lucro líquido de R\$ 28,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, essa variação basicamente pode ser explicada pelo aumento da receita líquida em consequência ao aumento do volume transportado e tarifa média de transporte, devido principalmente ao transporte de grãos e açúcar.

Rumo Malha Central S.A.

Balanços patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	245.203	167.547
Títulos e valores mobiliários	5.3	21.334	26.710
Contas a receber de clientes	5.4	135.792	58.925
Estoques		9.164	849
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		932	18.198
Outros tributos a recuperar		5.809	6.045
Adiantamento a fornecedores		9.806	6.074
Outros ativos		12.328	11.324
Ativo circulante		440.368	295.672
Caixa restrito	5.3	116.744	108.560
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.10	306.315	340.238
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.978	42.237
Outros tributos a recuperar		25.970	27.224
Depósitos judiciais	5.11	5.172	3.802
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	95.128	17
Outros ativos		74	192
Direito de uso	5.9.2	2.734.393	2.766.630
Imobilizado	5.9.1	3.438.194	2.995.111
Intangíveis		541	877
Ativo não circulante		6.726.509	6.284.888
Total do ativo		7.166.877	6.580.560

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	5.5	93.468	69.624
Passivos de arrendamento	5.6	15.096	11.114
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	141.509	145.319
Fornecedores	5.7	455.773	156.186
Ordenados e salários a pagar		7.108	9.259
Imposto de renda e contribuição social correntes		1.122	82
Outros tributos a pagar		14.808	2.684
Dividendos a pagar		58.596	-
Arrendamentos e concessões		15.754	9.260
Outros passivos financeiros	5.1	4.563	40.173
Outras contas a pagar		7.131	12.785
Passivo circulante		814.928	456.486
Empréstimos e financiamentos	5.5	2.369.301	2.200.559
Fornecedores	5.7	-	197.186
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	47.519	146.724
Provisão para demandas judiciais	5.11	365	107
Passivo de arrendamento	5.6	1.095.956	929.366
Arrendamentos e concessões		15.988	15.440
Outras contas a pagar		12.090	12.090
Passivo não circulante		3.541.219	3.501.472
Total do passivo		4.356.147	3.957.958
Patrimônio líquido	5.12		
Capital social		2.622.602	3.250.000
Reservas		188.128	-
Prejuízos acumulados		-	-627.398
Total do patrimônio líquido		2.810.730	2.622.602
Total do passivo e passivo a patrimônio líquido		7.166.877	6.580.560

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	6.1	1.785.093	1.262.540
Custos dos serviços prestados	6.2	-930.510	-769.606
Lucro bruto		854.583	492.934
Despesas comerciais	6.2	-56	-16
Despesas gerais e administrativas	6.2	-65.758	-45.146
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	-7.419	-2.375
Despesas operacionais		-73.233	-47.537
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		781.350	445.397
Despesas financeiras		-291.998	-298.794
Receitas financeiras		44.720	97.466
Variação cambial, líquida		-408.566	113.234
Derivativos e valor justo		245.005	-316.522
Resultado financeiro líquido	6.4	-410.839	-404.616
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		370.511	40.781
Imposto de renda e contribuição social	5.10		
Corrente		-89.865	-13.999
Diferido		-33.922	1.834
		-123.787	-12.165
Resultado do exercício		246.724	28.616
Resultado por ação básico e diluído:	6.5	0,05518	0,0064

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva para retenção de lucro	Resultado acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024	3.250.000	-	-	-627.398	2.622.602
Resultado do exercício	-	-	-	246.724	246.724
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-		246.724	246.724
Contribuição e distribuições para os acionistas					
Constituição de reserva legal	-	12.336	-	-12.336	-
Dividendos	-	-	-	-58.596	-58.596
Constituição de reserva para retenção de lucro	-	-	175.792	-175.792	-
Redução de capital social	-627.398	-	-	627.398	-
Total das transações com e para acionistas	-627.398	12.336	175.792	380.674	-58.596
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.622.602	12.336	175.792	-	2.810.730

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	3.250.000	-656.014	2.593.986
Resultado do exercício	-	28.616	28.616
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	28.616	28.616
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.250.000	-627.398	2.622.602

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31.12.2024
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		370.511	40.781
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	6.2	328.608	263.005
Provisão para participações nos resultados e bônus		3.254	3.536
Provisão de demandas judiciais	6.3	247	783
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-6	-36
Créditos fiscais extemporâneos	6.3	-516	-3.070
Juros e variações monetárias		423.134	474.396
Outros		-22.796	11.433
		1.102.436	790.828
Varição em:			
Contas a receber de clientes		-60.464	-18.746
Outros tributos, líquidos		-10.124	-22.590
Adiantamento de clientes		-	-4.726
Estoques		-2.656	591
Ordenados e salários a pagar		-5.479	-2.556
Fornecedores		-69.129	35.186
Adiantamentos a fornecedores		-3.732	-6.287
Arrendamentos e concessões a pagar		-327	-
Provisão para demandas judiciais		-50	-725
Outros passivos financeiros		-10.970	-7.452
Outros ativos e passivos, líquidos		-2.577	-1.232
		-165.508	-28.537
Caixa líquido gerado pelas atividades de operacionais		936.928	762.291
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		26.922	43.067
Caixa restrito		-8.184	-23.591
Adições ao imobilizado e intangível		-553.360	-709.495
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-534.622	-690.019
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos	5.5	-	180.005
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	5.5	-32.272	-23.214
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	5.5	-136.494	-125.426
Amortização de principal de passivos de arrendamento	5.6	-3.884	-3.537
Pagamento de juros de passivos de arrendamento	5.6	-6.797	-5.856
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		-148.979	-195.272
Recebimento instrumentos financeiros derivativos		3.776	2.250
Pagamento de mútuo		-	-1.072.020
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		-324.650	-1.243.070
Acréscimo (Decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa		77.656	-1.170.798
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		167.547	1.338.345
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		245.203	167.547

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações finan

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em 31.12.2024
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	1.848.702	1.298.992
Outras receitas operacionais, líquidas	5	84
Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	6	36
	1.848.713	1.299.112
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-529.415	-449.823
Outros	-25.073	-13.406
	-554.488	-463.229
Valor adicionado bruto	1.294.225	835.883
Retenções		
Depreciação e amortização	-328.608	-263.005
	-328.608	-263.005
Valor adicionado líquido produzido	965.617	572.878
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	44.720	97.466
	44.720	97.466
Valor adicionado total a distribuir	1.010.337	670.344
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	96.768	70.569
Remuneração direta	88.914	62.578
Benefícios	6.811	6.987
FGTS	1.043	1.004
Impostos, taxas e contribuições	207.362	67.029
Federais	185.865	48.422
Estaduais	7.092	5.339
Municipais	14.405	13.268
Remuneração de capitais de terceiros	459.483	504.130
Juros	455.559	502.082
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	3.924	2.048
Remuneração de capitais próprios	246.724	28.616
Dividendos declarados	58.596	-
Resultado do exercício	188.128	28.616
	1.010.337	670.344

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Central S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Central”) é uma sociedade por ações brasileira, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados de Tocantins, Goiás e São Paulo.

1.2 Concessão de operações ferroviárias

Em 28 de março de 2019 a Agência Nacional de Transporte Terrestre (“ANTT”) conduziu a Concorrência Internacional (Licitação) da ferrovia norte-sul, vencida pela Rumo.

A Companhia foi constituída com o propósito específico de ser a operadora do contrato decorrente da Licitação: a subconcessão do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária situada entre Porto Nacional/TO e Estrela d’Oeste/SP, nos trechos entre (i) Porto Nacional/TO e Anápolis/GO; e (ii) Ouro Verde de Goiás/GO e Estrela d’Oeste/SP.

O contrato de subconcessão garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de 30 anos, contados da data de assinatura que ocorreu no dia 31 de julho de 2019, portanto, com término em julho de 2049, sem direito à prorrogação.

Em fevereiro de 2021 a Companhia iniciou sua fase operacional, inaugurando também o trecho de São Simão/GO a Estrela do D’Oeste /SP.

1.3 Informações sobre o Grupo

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final é a Cosan S.A. (“Cosan”), listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CSAN). Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.4 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 374.560 patrimônio líquido de R\$ 2.810.730 e lucro do exercício de R\$ 246.724.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada pela Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, que têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 14 de março de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.1 – Outros passivos financeiros:** O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores à agentes financeiros é classificado na Demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação de parcelas virtualmente fixas, se os arrendamentos forem variáveis, e do prazo do arrendamento, se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Incertezas sobre estimativas e premissas chave:

As incertezas relacionadas a estimativas e premissas chave em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Notas 5.9.1– Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.10 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.11 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais e apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente a Diretoria.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas que a Companhia realiza para obter o valor justo estão incluídas no nível 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

- **5.8 – Instrumentos financeiros derivativos**

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	245.203	167.547	245.203	167.547
Títulos e valores mobiliários	21.334	26.710	21.334	26.710
Contas a receber	135.792	58.925	135.792	58.925
Instrumentos financeiros derivativos	95.128	17	95.128	17
Caixa restrito	116.744	108.560	116.744	108.560
Total	614.201	361.759	614.201	361.759
Passivo				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.462.769)	(2.270.183)	(2.462.769)	(2.270.183)
Passivos de arrendamento	(1.111.052)	(940.480)	(1.111.052)	(940.480)
Instrumentos financeiros derivativos	(189.028)	(292.043)	(189.028)	(292.043)
Fornecedores	(455.773)	(353.372)	(455.773)	(353.372)
Outros passivos financeiros	(4.563)	(40.173)	(4.563)	(40.173)
Total	(4.223.185)	(3.896.251)	(4.223.185)	(3.896.251)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As novas normas, interpretações e alterações que foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas em 31 de dezembro de 2024, exceto pelo CPC 18 que está em avaliação pela administração, não terão um impacto significativo no resultado ou na posição financeira da Companhia de acordo com a revisão inicial da Companhia.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Fluxo futuro de transações comerciais. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito e empréstimos. Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("*Fair Value Option*") tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	(1.588.256)	(1.315.978)
Derivativos de taxa de câmbio	1.588.256	1.315.978
	-	-

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2024, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Instrumento	Fator de risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do dólar	(31.369)	(357.853)	(747.075)	420.590	809.812
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do dólar	31.369	357.853	747.075	(420.590)	(809.812)
Impactos no resultado do exercício		-	-	-	-	-

O cenário provável utiliza o dólar projetado por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2025. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

	31/12/2024	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	6,1923	6,0700	7,5875	9,1050	4,5525	3,0350

ii. Risco de taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis.

Exposição taxa de juros	31/12/2024				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	35.543	44.428	53.314	26.657	17.771
Títulos e valores mobiliários	3.044	3.805	4.566	2.283	1.522
Caixa restrito	16.529	20.661	24.793	12.396	8.264
Empréstimos e financiamentos	(41.470)	(51.837)	(62.205)	(31.102)	(20.735)
Passivos de arrendamento	(120.722)	(120.500)	(120.279)	(120.943)	(121.165)
Derivativos de taxas de juros	(275.888)	(344.860)	(413.832)	(206.916)	(137.944)
Outros passivos financeiros	(745)	(908)	(1.072)	(582)	(419)
Impactos no resultado do exercício	(383.709)	(449.211)	(514.715)	(318.207)	(252.706)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada em 10 de janeiro de 2025 com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN): Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e 50% às taxas do cenário provável, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	14,40%	17,99%	21,59%	10,80%	7,20%
CDI	14,30%	17,87%	21,44%	10,72%	7,15%
TJLP	8,20%	10,25%	12,30%	6,15%	4,10%
IPCA	4,74%	5,93%	7,11%	3,56%	2,37%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa a expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	245.203	167.547
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	21.334	26.710
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	116.744	108.560
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	135.792	58.925
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	95.128	17
	614.201	361.759

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de balanço em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2024
AA	97.928
AAA	380.481
Total	478.409

O risco de crédito de clientes é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um montante significativo de contas a receber com saldos individuais menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2024				31/12/2023	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos e financiamentos	(95.907)	(49.352)	(2.005.745)	(148.055)	(2.299.059)	(2.467.886)
Fornecedores	(450.165)	-	-	-	(450.165)	(353.372)
Outros passivos financeiros	(4.563)	-	-	-	(4.563)	(40.173)
Passivo de arrendamento	(16.381)	(16.372)	(48.369)	(5.941.545)	(6.022.667)	(5.609.654)
Dividendos a pagar	(58.596)	-	-	-	(58.596)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(150.796)	(226.621)	447.050	(114.251)	(44.618)	(434.079)
	(776.408)	(292.345)	(1.607.064)	(6.203.851)	(8.879.668)	(8.905.164)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Contas a receber		
Rumo Malha Norte S.A.	656	390
Rumo Malha Paulista S.A.	115.372	26
Rumo Malha Sul S.A.	-	2
Brado Logística S.A.	790	977
Rumo S.A.	756	42.624
Terminal São Simão	73	322
Raizen S.A e suas controladas	610	211
Outros	-	68
	118.257	44.620
Adiantamento a fornecedores		
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	9.806	-
	9.806	-
Total do ativo	128.063	44.620
	31/12/2024	31/12/2023
Passivos		
Fornecedores		
Rumo Malha Norte S.A.	13.684	8.174
Rumo Malha Sul S.A.	1.797	1.478
Rumo Malha Paulista S.A.	20.464	74.118
Rumo S.A.	3.572	3.533
Raizen S.A e suas controladas	-	10.732
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	144	1.935
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	9.755	-
Outros	932	3.742
	50.348	103.712
Passivo circulante	50.348	103.712
Total do passivo	50.348	103.712

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida		
Raízen Combustíveis S.A.	10.330	-
Rumo S.A.	28.854	76.896
Rumo Malha Norte S.A.	11	46
Rumo Malha Paulista S.A.	173.924	162
Rumo Malha Sul S.A.	55	-
Terminal São Simão S.A.	166	331
Brado Holding e Controladas	2.367	1.637
	215.707	79.072
Compras de produtos / insumos		
Logisport Armazéns Gerais S.A.	(556)	(278)
Rumo Malha Norte S.A.	(1.048)	(1.172)
Rumo Malha Paulista S.A.	(270.370)	(272.989)
Raízen S.A e suas controladas ⁽ⁱ⁾	(237.840)	(138.465)
Rumo Malha Sul S.A.	(1.369)	(264)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	(16)	(265)
Brado Logística S.A	(440)	-
Outros	(15)	-
	(511.654)	(413.433)
Receitas (despesa) compartilhadas ⁽ⁱⁱ⁾		
Rumo Malha Sul S.A.	(1.720)	(927)
Rumo Malha Norte S.A.	(63.198)	(36.534)
Rumo Malha Paulista S.A.	-	110
Rumo S.A.	(7.730)	(7.135)
Elevações Portuárias S.A	-	17
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	(26.338)	-
Rumo Malha Oeste S.A.	-	11
	(98.986)	(44.458)
Resultado financeiro		
Rumo S.A.	-	(60.166)
	-	(60.166)

(i) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado.

(ii) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do Grupo exercício como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo	39.799	41.440
Transações com pagamentos baseados em ações	8.808	13.577
	48.607	55.017

4.2 Impacto de conflitos internacionais

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra na Ucrânia, bem como os desdobramentos do conflito no oriente médio, pois constituem eventos de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros da companhia.

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão dos conflitos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os principais itens monitorados pela Companhia são potenciais impactos na oferta de: fertilizantes, no preço de commodities e combustíveis, bem como volatilidade no câmbio e juros.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelos conflitos que indicariam uma perda por impairment. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante dos conflitos nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicadores de impairment. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxas de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados e continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

4.3 Redução de capital

Em 29 de abril de 2024, conforme foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a companhia realizou a redução de capital social para absorção de prejuízo acumulado, no montante de R\$627.398. Desta forma o capital da companhia passou de R\$3.250.000 para R\$2.622.602, sem alterações no número de ações.

4.4 Eventos subsequentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram eventos subsequentes a serem divulgados.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	21.334	26.710
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	95.128	17
		116.462	26.727
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	245.203	167.547
Contas a receber de clientes	5.4	135.792	58.925
Caixa restrito	5.3	116.744	108.560
		497.739	335.032
Total		614.201	361.759
Passivos			
Custo amortizado			
Passivo de arrendamento	5.7	1.111.052	940.480
Fornecedores	5.8	455.773	353.372
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		4.563	40.173
		1.571.388	1.334.025
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	189.028	292.043
Empréstimos e financiamentos	5.6	2.462.769	2.270.183
		2.651.797	2.562.226
Total		4.223.185	3.896.251

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 4.563 (R\$ 40.173 em 31 de dezembro de 2023). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contra partes, a uma taxa média de 11,05% a.a. (12,42% a.a. em 31 de dezembro de 2023). O prazo médio dessas operações gira em torno de 35 dias (111 dias em 31 de dezembro de 2023).

A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra.

Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobre contingências e contratos comerciais” no resultado financeiro, tendo representado R\$ 5.319 no exercício findo em 31 de dezembro 2023 (R\$ 4.503 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	7.799	370
Aplicações financeiras	237.404	167.177
	245.203	167.547

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB	237.404	167.177
	237.404	167.177

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 101,33% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2024 (102,10% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	17.217	21.013
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	4.088	5.697
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	29	-
	21.334	26.710

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações vinculadas a dívida	116.744	-
Valores depositados em garantia	-	108.560
	116.744	108.560

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes terceiros	17.735	14.423
Clientes partes relacionadas (Nota 4.1)	118.257	44.620
	135.992	59.043
Provisão para perdas de crédito esperadas	(200)	(118)
	135.792	58.925

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes terceiros são como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	13.830	14.391
Até 30 dias	2.792	-
De 31 a 60 dias	876	32
De 61 a 90 dias	6	-
Mais de 90 dias	231	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(200)	(118)
	17.535	14.305

A movimentação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2023	260
Provisões	196
Reversões e baixa	(338)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	118
Provisões	140
Reversões e baixa	(58)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	200

5.5 Empréstimos e financiamentos

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2024	31/12/2023	Vencimento final	Objetivo
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
CCB ⁽ⁱⁱ⁾	IPCA	5,84%	874.513	954.205	jan/2048	Investimento
NCE	Pré-fixado					
	5,25%	5,25%	1.588.256	1.315.978	jan/2028	Investimento
Total			2.462.769	2.270.183		
Circulante			93.468	69.624		
Não circulante			2.369.301	2.200.559		
			2.462.769	2.270.183		

(i) IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.

(ii) Dívida com swap para 62% do CDI que representou uma taxa média de 6,67% no ano de 2024.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2024	31/12/2023
13 a 24 meses	46.913	46.340
25 a 36 meses	46.913	46.622
37 a 48 meses	1.594.608	46.622
49 a 60 meses	48.896	1.334.603
61 a 72 meses	48.896	48.605
73 a 84 meses	48.896	48.605
85 a 96 meses	48.896	48.605
Acima de 97 meses	485.283	580.557
	2.369.301	2.200.559

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Reais (R\$)	874.513	954.205
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	1.588.256	1.315.978
Total	<u>2.462.769</u>	<u>2.270.183</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8) ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Abaixo, movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Saldo em 01 de janeiro de 2023	<u>2.134.938</u>
Captações	180.005
Amortização de principal	(23.214)
Pagamento de juros	(125.426)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	103.880
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.270.183</u>
Amortização de principal	(32.272)
Pagamento de juros	(136.494)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	361.352
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.462.769</u>

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com bancos de fomento destinados a investimentos são também garantidos por fiança bancária com o custo médio de 0,59% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$ 746.682 (R\$ 800.090 em 31 de dezembro de 2023).

b) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam de contrato para contrato. A tabela a seguir lista as dívidas e os indicadores financeiros (os contratos possuem redações ligeiramente distintas sobre a definição dos indicadores de *covenants* e, dentre elas, os índices reportados utilizam a interpretação mais conservadora dos ajustes previstos nas fórmulas):

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA $\leq 3,5x$ em dezembro de 2024	1,43
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ $\geq 2,0x$ em dezembro de 2024	5,74

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro consolidado da dívida é representado pelo custo da dívida líquida consolidado, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2024, as cláusulas restritivas financeiras foram cumpridas.

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Concessões	Operacional	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	792.375	-	792.375
Adições	32.947	38	32.985
Apropriação de juros	90.295	3	90.298
Reajuste contratual	34.215	-	34.215
Pagamento de principal	(3.527)	(10)	(3.537)
Amortização de juros	(5.848)	(8)	(5.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	940.457	23	940.480
Adições	32.831		32.831
Apropriação de juros	104.108	2	104.110
Reajuste contratual	44.313	-	44.313
Pagamento de principal	(3.871)	(14)	(3.885)
Amortização de juros	(6.793)	(4)	(6.797)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.111.045	7	1.111.052
Circulante	15.089	7	15.096
Não circulante	1.095.956	-	1.095.956
	1.111.045	7	1.111.052

A Companhia utilizou a taxa implícita do contrato, de 11,04% a.a., na mensuração dos passivos de arrendamento.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foram registrados para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamento, os seguintes impactos no resultado:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	1.412	312
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	18	9
	<u>1.430</u>	<u>321</u>

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores de materiais e serviços	405.118	337.505
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	50.348	10.895
Outros	307	4.972
Total	<u>455.773</u>	<u>353.372</u>
Fornecedores	405.425	249.660
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	50.348	103.712
	<u>455.773</u>	<u>353.372</u>

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio, juros e inflação. Os dados são apresentados abaixo:

	<i>Notional</i>		<i>Valor justo</i>	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i>	2.617.992	2.650.252	(93.900)	(292.026)
	2.617.992	2.650.252	(93.900)	(292.026)
Não circulante			95.128	17
Ativos			95.128	17
Circulante			(141.509)	(145.319)
Não circulante			(47.519)	(146.724)
Passivos			(189.028)	(292.043)
Total de instrumentos contratados			(93.900)	(292.026)

A Companhia contratou operações de *Swap*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Hedge do valor justo

a) Hedge de valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados ao valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio	Nocional	Valor Contábil		Resultado	
		31/12/2024	31/12/2023	Ajuste do valor justo	31/12/2024 31/12/2023
Dívida					
NCE	(1.674.960)	(1.588.256)	(1.315.978)	(108.693)	100.725
Total	(1.674.960)	(1.588.256)	(1.315.978)	(108.693)	100.725
Instrumento derivativo					
Swap de câmbio (BRL + 115% CDI)	1.674.960	(30.240)	(276.806)	-246.566	25.307
Total	1.674.960	(30.240)	(276.806)	-246.566	25.307
Total Líquido	-	(1.618.496)	(1.592.784)	(355.259)	126.032

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos para registro ao valor justo por meio do resultado.

Hedge risco de câmbio	Nocional	Valor Contábil		Ajuste do valor justo	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dívida					
CCB	(943.032)	(874.513)	(954.205)	(49.978)	(10.088)
Total	(943.032)	(874.513)	(954.205)	(49.978)	(10.088)
Instrumento derivativo					
Swap de inflação e juros	943.032	(63.659)	(15.220)	48.439	8.244
Total	943.032	(63.659)	(15.220)	48.439	8.244
Total Líquido	-	(938.172)	(969.425)	(1.539)	(1.844)

5.9 Imobilizado e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, direitos de uso e imobilizado. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

A Companhia avaliou ainda os efeitos do conflito na Ucrânia e Oriente Médio sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.9.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são registrados no resultado do exercício quando incorridos

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como seguir:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação do valor contábil

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Via Permanente	Obras em andamento	Total
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2023	270.715	222.370	867.725	561.539	521.091	2.443.440
Adições	-	-	-	1	854.402	854.403
Baixas	-	-	-	-	(668)	(668)
Transferências	15.796	31.291	271.832	573.117	(892.036)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	286.511	253.661	1.139.557	1.134.657	482.789	3.297.175
Adições	-	-	-	-	668.821	668.821
Baixas	-	-	(3.197)	(29)	(4.497)	(7.723)
Transferências	(1.024)	9.508	440.982	26.665	(476.131)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	285.487	263.169	1.577.342	1.161.293	670.982	3.958.273
Depreciação:						
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(8.560)	(14.910)	(61.806)	(60.688)	(14)	(145.978)
Adições	(7.434)	(16.152)	(57.871)	(74.611)	(18)	(156.086)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(15.994)	(31.062)	(119.677)	(135.299)	(32)	(302.064)
Adições	(6.301)	(18.196)	(78.177)	(116.195)	(21)	(218.890)
Baixas	-	-	875	-	-	875
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(22.295)	(49.258)	(196.979)	(251.494)	(53)	(520.079)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	270.517	222.599	1.019.880	999.358	482.757	2.995.111
Saldo em 31 de dezembro de 2024	263.192	213.911	1.380.363	909.799	670.929	3.438.194

b) Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 218 (R\$ 10.369 em 31 de dezembro de 2023), utilizando uma taxa de média de 11,80% a.a. (12,30% a.a. em 31 de dezembro de 2023) para capitalizar os custos dos empréstimos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.9.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

a) Reconciliação do valor contábil

	Infraestrutura ferroviária	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Valor de custo:			
Saldo em 01 de janeiro de 2023	3.147.982	-	3.147.982
Adições	32.947	38	32.985
Reajuste contratual	34.215	-	34.215
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.215.144	38	3.215.182
Adições	32.831	-	32.831
Reajuste contratual	44.313	-	44.313
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.292.288	38	3.292.326
Amortização:			
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(341.969)	-	(341.969)
Adições	(106.567)	(16)	(106.583)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(448.536)	(16)	(448.552)
Adições	(109.370)	(11)	(109.381)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(557.906)	(27)	(557.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.766.608	22	2.766.630
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.734.382	11	2.734.393

5.10 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	370.511	40.781
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(125.974)	(13.865)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Outros	2.187	1.700
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(123.787)	(12.165)
Taxa efetiva	33,41%	29,83%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais	81.979	110.232
Base negativa de contribuição social	29.367	39.638
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	79	-
Resultado não realizado com derivativos	255.651	290.310
Provisão para participação nos resultados	832	1.593
Diferenças temporárias sobre outras provisões	8.319	4.007
Variação cambial da dívida	63.166	-
Despesas diferidas	-	85.939
Outros	58.638	3.474
Tributos diferidos - Ativos	498.031	535.193
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Ajuste valor justo da dívida	(106.016)	(56.517)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	-	(75.888)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(60.711)	(37.637)
Outros	(24.989)	(24.913)
Tributos diferidos - Passivos	(191.716)	(194.955)
Total de tributos diferidos	306.315	340.238
Diferido ativo	306.315	340.238

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2024:

	Diferido ativo
2025	95.767
2026	67.392
2027	70.098
2029 a 2034	111.692
2035 a 2040	(38.634)
Total	306.315

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

d) Movimentações no imposto diferido

Saldo em 01 de janeiro de 2023	338.405
Resultado	1.834
Outros	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	340.238
Resultado	(33.923)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	306.315

e) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Outros	Resultado não realizado com derivativos	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	155.858	1.420	3.508	103.391	150.873	415.050
do resultado do exercício	(5.988)	173	499	24.522	139.437	158.643
Diferenças cambiais	-	-	-	(38.500)	-	(38.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	149.870	1.593	4.007	89.413	290.310	535.193
do resultado do exercício	(38.524)	(761)	4.312	(30.696)	(34.659)	(100.328)
Diferenças cambiais	-	-	-	63.166	-	63.166
Saldo em 31 de dezembro de 2024	111.346	832	8.319	121.883	255.651	498.031

ii. Impostos diferidos passivos

	Imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	(17.870)	(24.839)	(33.936)	(76.645)
do resultado do exercício	(19.767)	(31.678)	9.023	(42.422)
Diferenças cambiais	-	-	(75.888)	(75.888)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(37.637)	(56.517)	(100.801)	(194.955)
do resultado do exercício	(23.074)	(49.499)	(76)	(72.649)
Diferenças cambiais	-	-	75.888	75.888
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(60.711)	(106.016)	(24.989)	(191.716)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.11 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

Provisão para demandas judiciais		
	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis, regulatórias e ambientais	233	-
Trabalhistas	132	107
	365	107

Depósitos judiciais		
	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis, regulatórias e ambientais	5.103	3.784
Trabalhistas	69	18
	5.172	3.802

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	-	7	-	7
Provisionados no exercício	2	-	155	157
Baixas por reversão ou pagamento	(2)	(8)	(95)	(105)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	-	1	47	48
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	107	107
Provisionados no exercício	-	170	138	308
Baixas por reversão ou pagamento	-	-	(154)	(154)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	-	63	41	104
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	233	132	365

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributário	22.879	21.132
Trabalhistas	3.865	3.048
Cíveis	62.662	7.853
Regulatórias	26.593	11.582
Ambientais	5.679	183
	121.678	43.798

• **Tributárias:**

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS ⁽ⁱ⁾	22.878	21.132
	22.878	21.132

(i) Auto de infração referente a falta de pagamento de ICMS na comercialização de vagões ferroviários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis ⁽ⁱ⁾	62.662	7.853
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	26.593	11.582
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5.679	183
	94.934	19.618

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

• **Trabalhistas:**

	31/12/2024	31/12/2023
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	3.865	3.048
	3.865	3.048

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Emprego (MTE), reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

5.12 Patrimônio Líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações e deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.10 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital social integralizado da Companhia, após a redução, conforme NE 04.03 – Redução de Capital, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.622.602 (R\$ 3.250.000 em 31 de dezembro de 2023), constituído por 4.470.908.744 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (4.470.908.744 ações em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Acionistas		
Rumo S.A.	4.470.908.744	100%
Total de ações	4.470.908.744	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia destinou R\$ 12.336.

c) Dividendos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia destinou R\$ 58.596 referente a dividendos mínimos obrigatórios.

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receitas

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As atividades da Companhia estão sujeitas à sazonalidade natural das commodities agrícolas. A exportação da safra de soja, em sua maioria, ocorre entre os meses de janeiro e agosto, enquanto o transporte da safra de milho (destinado principalmente à exportação), está concentrado entre os meses de maio e dezembro. Essas oscilações têm um impacto significativo na demanda pelo transporte dessas commodities. Por esta razão, a Companhia normalmente tem um maior volume transportado no segundo e terceiro trimestre de cada ano, e um menor volume transportado no período de entressafra, isto é, no primeiro e quarto trimestres de cada ano.

A seguir, é apresentado detalhe da receita da Companhia:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta na venda de serviços	1.848.702	1.298.992
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(63.609)	(36.452)
Receita operacional líquida	1.785.093	1.262.540

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2024	31/12/2023
Transporte de carga e acessórios	1.785.093	1.262.540
Receita operacional líquida	1.785.093	1.262.540

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.2 Despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Material de uso e consumo	(13.771)	(11.305)
Despesa com pessoal	(104.159)	(76.593)
Depreciação e amortização	(328.608)	(263.005)
Despesas com serviços de terceiros	(19.093)	(18.728)
Despesas com transporte	(462.717)	(391.996)
Outras despesas	(67.976)	(53.141)
	(996.324)	(814.768)
 Custo dos serviços prestados	 (930.510)	 (769.606)
Despesas comerciais	(56)	(16)
Despesas gerais e administrativas	(65.758)	(45.146)
	(996.324)	(814.768)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2024	31/12/2023
Efeito líquido das demandas judiciais	(247)	(783)
Resultado na venda de sucatas / eventuais	207	192
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(6.819)	-
Créditos fiscais extemporâneos	516	3.070
Outros	(1.076)	(4.854)
	(7.419)	(2.375)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(142.012)	(124.687)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(408.566)	113.234
Resultado com derivativos e valor justo	245.005	(316.522)
Amortização dos gastos de captação	(2.532)	(2.552)
Fianças e garantias sobre dívidas	(4.942)	(3.884)
	(313.047)	(334.411)
Rendimentos de aplicações financeiras	39.693	83.148
	39.693	83.148
Custo da dívida, líquida	(273.354)	(251.263)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	5.027	14.318
Arrendamento e concessão	(3.133)	(2.845)
Passivos de arrendamento	(106.966)	(90.299)
Despesas bancárias e outros	(874)	(2.843)
Juros sobre mútuos	-	(60.166)
Juros sobre outras obrigações	(31.539)	(11.518)
	(137.485)	(153.353)
Resultado financeiro, líquido	(410.839)	(404.616)
Despesas financeiras	(291.998)	(298.794)
Receitas financeiras	44.720	97.466
Variação cambial	(408.566)	113.234
Derivativos e valor justo	245.005	(316.522)
Resultado financeiro, líquido	(410.839)	(404.616)

6.5 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Numerador		
Resultado líquido do exercício	246.724	28.616
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	4.470.909	4.470.909
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	<u><u>0,05518</u></u>	<u><u>0,00640</u></u>